



# Anais da Assembléia

N.º 37

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 19 DE ABRIL DE 1977.

ANO III

## 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 50ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 1977

### TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Lúcio Machado e Lázaro Dumont.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (48); achando-se ausentes os Senhores Deputados Adalberto Daros, Del Ciel, Ernesto Dal'Oglio, Hélio Manfrinato, Otássio Pereira e Wilson Fortes (06).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 149/76, de autoria do Deputado Francisco Escorsin, que declara de utilidade pública a "Sociedade Cultural Santo Antônio", sediada na cidade de Ubatã. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 20, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 50/76.

Levanta-se a sessão.

## 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 51ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 1977

### TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Augusto Carneiro.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan

Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer (48); achando-se ausentes os Senhores Deputados Adalberto Daros, Del Ciel, Ernesto Dal'Oglio, Hélio Manfrinato, Otássio Pereira e Wilson Fortes (06).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Senhor Secretário dos Transportes, Doutor Osiris Stenghel Guimarães, para que seja incluído no Plano Pro-Safra deste ano para as Prefeituras de Guaraniaçu e Palmital, o alargamento e melhoria do trecho da Estrada que sai o município de Guaraniaçu, passa por Santa Luzia e segue até Altamira, município de Palmital.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1977.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

### JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma estrada que se encontra em estado precário e crítico, tornando-se intransitável em épocas chuvosas, sobretudo pelos aspectos acidentais do solo dessa região.

A necessidade de que seja promovido o alargamento, melhoria e conservação dessa rodovia, é urgente, por tratar-se de região essencialmente agrícola e que depende de estradas em condições ao menos razoável, para o escoamento das safras de vários municípios que poderão se beneficiar em tal via de acesso.

Os Planos Pro-Safra apresentados pelas Prefeituras de Guaraniaçu e Palmital não incluem este trecho de estrada em vista das prioridades dadas às outras estradas daqueles municípios, e, tendo em vista que esse plano estabelece 45 km de estradas para cada município, é que encaminhamos esse apelo ao Senhor Secretário dos Transportes para que o mesmo autorize a assinatura de novo Pro-Safra com aquelas Prefeituras para atender a melhoria desse trecho de estradas.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o Plenário, requer seja inserto na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de congratulações à Universidade Federal do Paraná pela comemoração, através do seu Departamento de Psicologia e Antropologia, da Semana do Índio entre 19 e 25 de abril corrente.

Requer, ainda que da decisão da Casa, se dê conhecimento à Reitoria da Universidade Federal do Paraná, bem como à Fundação Nacional do Índio (FUNAI), sediada em Brasília — DF. Sala das Sessões, em 19 de abril de 1977.

(a) PAULO CAMARGO

#### JUSTIFICATIVA:

A Universidade Federal do Paraná vai comemorar a Semana do Índio, entre 19 e 25 de abril do corrente, trabalhos coordenados pela professora CECÍLIA MARIA VIEIRA HELM, do Departamento de Psicologia e Antropologia da Universidade.

Preparado foi para tanto, uma programação, constando de conferências e exibição de filmes que transmitirão ao Estado e ao País a imagem do Índio Brasileiro e do Paranaense, em particular.

Elaborou-se merecida homenagem aos trabalhos do saudoso e grande paranaense, professor JOSÉ LOUREIRO FERNANDES, que além de importante acervo deixou um filme sobre a descoberta dos índios “xetás”, na serra dos Dourados, em Umuarama.

O arqueólogo Igor Chmycz, que realiza o levantamento pré-histórico do Paraná, através de escavações, inclusive dos resquícios da civilização na região de Itaipu, deverá abrir a Semana: falará sobre a “História-Colombiana”.

Por outro lado, será abordado o problema da gradual extinção da população indígena, tema momentoso, mormente nos dias de hoje, onde no Norte do País, os índios se vêem, dia a dia, despojados de suas terras e benfeitorias, como foram aqui no Sul.

Carlos Alberto Balhana apresentará uma proposição para o estudo de campo em Antropologia.

Os trabalhos na Universidade terão início no dia de hoje, prosseguindo amanhã, dia 20, com diversas conferências, debates e pesquisas recentes sobre o índio brasileiro, acompanhados da apresentação de filmes.

Acredito ser a comemoração da Semana do Índio pela UFP, acontecimento do mais alto significado científico-cultural para nós todos, tão carentes de maiores informações sobre nosso elemento autóctone, fundamento étnico da civilização brasileira.

#### PROJETOS DE LEI:

##### PROJETO DE LEI NÚMERO 36/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — A Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, fica desmembrada em Secretaria de Estado da Educação e Secretaria de Estado de Turismo e Desportos.

Art. 2º — A Secretaria de Estado da Educação manterá toda a sua estrutura funcional e organizacional, excluída a de caráter desportivo que, observadas as exigências legais, será transferida para a Secretaria de Estado de Turismo e Desportos.

Art. 3º — A Secretaria de Estado de Turismo e Desportos será integrada por organismos de natureza a fins turísticos e desportivos, a quem compete a administração do setor.

Art. 4º — O Poder Executivo encaminhará mensagem propondo a criação dos cargos necessários ao funcionamento da Secretaria de Estado de Turismo e Desportos.

Art. 5º — O Poder Executivo regulamentará a presente lei em prazo não superior a 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação da presente lei.

Art. 6º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1977.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

#### JUSTIFICATIVA:

Atravessamos momentos de grandes transformações sociais, que estamos — na medida do possível — procurando

compreender e acompanhar para podermos colaborar.

Essas transformações sociais são resultados do trabalho em várias frentes de atuação, objetivando sempre — e permanentemente — o bem estar do homem.

Preocupados com esse permanente bem estar do homem, sobretudo dos paranaenses, é que estamos propondo a criação de uma “Secretaria de Turismo e Desportos” em nosso Estado.

O turismo, já definido como a “indústria sem chaminé”, tem sido a principal fonte de rendas de vários países do mundo e motivo maior para nos conscientizarmos da necessidade de um descanso, de um divertimento.

O laser, o entretenimento deve ser sempre um prolongamento do trabalho.

No Brasil alguns Estados dão o exemplo do quanto significativa é a “indústria turística”, que une o ÚTIL — porque arrecada muito — ao AGRADÁVEL — porque proporciona laser a muitos.

O vizinho e simpático Estado de Santa Catarina, cujo trabalho nesse campo só merece os nossos elogios e o nosso reconhecimento, Estado considerado pobre, se comprado ao nosso, conseguiu — graças a uma política agressiva, estabelecer recordes invejáveis no campo turístico, transformando suas praias em verdadeiras salas de estar dos brasileiros em geral e dos paranaenses em particular.

Apenas Camboriú, Srs. Deputados, recebeu 170.000 turistas paranaenses no mês de janeiro último.

E quem lotou Barra Velha, Penha, Piçarras, Itapema e as 43 praias da Ilha? Não tenho números, mas certamente a grande maioria foi paranaense.

Por que então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Paraná, que tem potencial turístico dos mais férteis, não se prepara e não se atualiza para receber todos esses turistas?

Por que, Sr. Presidente, Srs. Deputados na Baía de Guaratuba praticamente inexistente o esqui-aquático, o passeio de barcos?

Por que a pesca submarina está ausente em locais como a Ilha dos Currais ou mesmo em Guaraqueçaba?

Por que o futebol de praia não é praticado no nosso litoral?

Simplemente porque os paranaenses não encontrando condições mínimas em nossas praias, deslocam-se em massa para o litoral catarinense, onde tudo isso é praticado.

Lá se oferece ao turista ótimos hotéis, restaurantes, boates. Infra-estrutura completa.

Há competições para todos: homens e mulheres; crianças, jovens e adultos.

Pode ser boliche, mini-golf, escultura de areia, surf, futebol de praia, esqui-aquático, remo, natação e muitos outros.

Mas o Paraná, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se comete pecados em relação ao turismo no litoral, comete verdadeiro sacrilégio em relação ao turismo no interior do Estado.

O que é feito de Vila Velha?

Continha tão vila quanto velha e quem a visita dificilmente volta.

O que é feito das águas termais do nosso interior? A maioria nem sabe que existem e os que sabem, na maioria das vezes é por “ouvir dizer”.

Não há qualquer propaganda oficial, não se divulga, nada se promove.

E Guaíra? E Foz do Iguaçu?

Será que neste País alguém mais do que nós desfruta de tanta beleza?

Será que neste País existem outras quedas d'água tão portentosamente belas?

A natureza nos foi realmente dadivosa, ao nos presentear com tamanho e inigualável panorama.

E então, chegou a hora!

Vamos também nós, nos aproximarmos. Vamos também

nós encurtar distâncias.

Nem só de soja e café viverá o Paraná.

E nem só de poucos e pequenos papéis coloridos viverá o turismo paranaense.

O governo do Estado deve e pode assumir a parte que lhe cabe. Com medidas sérias, definidas e atuantes.

E a primeira medida séria, definida e atuante é a criação da Secretaria de Turismo e Desportos que ora propomos.

E não se afirme que o Conselho Paranaense do Turismo e a Empresa Paranaense de Turismo, órgãos criados em 1969 pela lei número 5548, dispensariam a criação de uma Secretaria de Estado.

Primeiro porque não tem estrutura funcional, segundo falta-lhe estrutura organizacional e por último carece de suporte financeiro. Sobre este último, quero esclarecer à Casa que, fonte merecedora de crédito, informou-nos oficiosamente que a PARANATUR terá esgotada toda a verba do corrente ano, até o próximo mês de maio.

E então, a partir de maio e até dezembro os homens da PANARATUR não terão o que fazer, nem como fazer.

O turismo irá ibernar. Dormir o sono profundo do inverno, da primavera e do verão.

É necessário que algo de mais positivo se faça em favor do nosso turismo.

Além das praias, além dos arenitos, das águas termais e das fabulosas cataratas, nossos visitantes possivelmente gostariam de conhecer uma prosperável fazenda de café ou gado; cabanas-hotéis convenientemente preparadas com barcos a remo ou motorizados, em algum recanto arborizado às margens de uma represa ou mesmo às margens do Ivaí, do Piquiri ou do rio Paraná, certamente receberiam outra grande massa de adeptos.

O rodeio é dos guarapuavanos, mas deveria ser também de Faxinal, de Castro, Paranaíba etc. Deveria ser de todo o Paraná.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pretendemos a criação da Secretaria do Turismo e Desportos a ser desmembrada da atual Secretaria da Educação, com a conseqüente extinção do Conselho Paranaense de Turismo e da Empresa Paranaense de Turismo.

Entendemos que a Secretaria da Educação é um organismo com funções específicas da educação não só pelos encargos, mas sobretudo pelas suas finalidades, e que exigem interesse administrativo exclusivo, devendo o desporto amador passar sob a responsabilidade da Secretaria do Turismo, mesmo porque as competições esportivas estão, em grande parte, diretamente ligadas ao turismo.

Esperamos merecer aprovação dos Srs. Deputados, com a proposição que ora trazemos a esta Casa, porque o desenvolvimento social, econômico-cultural e desportivo serão acelerados e se aproximarão muito do bem-estar da comunidade.

#### PROJETO DE LEI NÚMERO 37/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública a Aliança Cristã e Missionária, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1977.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### JUSTIFICATIVA:

Pelas razões contidas no histórico, justificativa que a este acompanha, esperamos seja o presente plano de lei aprovado pela Casa, com o apoio dos nobres Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está finda a leitura do expediente.

A Presidência tem a satisfação de anunciar a presença, no

Plenário, do Exmo. Sr. Geraldo Valério, e digníssima esposa e mui digníssimo Prefeito Municipal de Leopólis.

Registra também com satisfação a presença do Sr. Emanuel Barreto, digníssimo Vereador do município de Guaíra.

A Presidência registra com satisfação a presença, neste plenário, do Exmo. Sr. Joaquim Correa, DD. Prefeito Municipal de Iretama.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Durante a campanha eleitoral de 76, que vem se fazendo como rotina na última década principalmente, nos municípios do Interior do Paraná, os políticos situacionistas, utilizam-se de todos os meios para vencer eleições.

Em Floresta por exemplo, o ex-Prefeito, Senhor Clóvis de Freitas, funcionário desta Casa, funcionário da Assembléia Legislativa do Paraná, hoje à disposição da Prefeitura Municipal de Ivatuba, talvez um dos fantasmas, dizia nos seus comícios: que ele poderia perder as eleições, mas em seguida, seria nomeado delegado de Polícia, para na Delegacia descer o pau nos eleitores que votarem contra ele e seus candidatos.

Jamais levamos isso em consideração conhecendo como conhecemos o Sr. Secretário de Segurança Pública, sabíamos ou pretendíamos pelo menos entender, que o Sr. Secretário, mesmo pressionado pelos famigerados comandos políticos, não ia atender esta solicitação, nomeando um ex-Prefeito, delegado de Polícia, para prejudicar os eleitores que porventura tenham votado contra ele.

Mas, a imprensa de Maringá hoje publica, que o Senhor Clóvis de Freitas é funcionário desta Assembléia, à disposição da Prefeitura de Ivatuba. E diz mais a notícia nos jornais, que jamais residuiu em Floresta, que foi levado de Curitiba para Floresta apenas para ganhar as eleições na sublegenda em 72. Foi vitorioso na época, fez uma desastrosa administração, conduziu tão mal o seu município que nestas eleições de 76, mesmo somando para o Partido governista todas as suas forças, todos os seus ex-Prefeitos, começando por Reynaldo Ribeiro, que foi o primeiro Prefeito, candidatou-se a Vereador; Humberto Munhoz o seu segundo Prefeito, também candidato a Vereador; Luiz Di Angelis tem o terceiro Prefeito, candidato a Vice-Prefeito numa chapa liderada pelo gerente do Banco do Estado, a arma também utilizada pela ARENA no interior de nosso Paraná.

Mesmo assim, perderam as eleições para o MDB. Lutamos lá com dois candidatos, o vitorioso foi Antônio Fuentes Martins, Prefeito hoje, lutando com as dificuldades que luta um Prefeito da Oposição. E agora, mais do que nunca, pressionado pelo Delegado de Polícia que assumiu porque diz claramente que agora na sua curta passagem, ele alega, fala isso, na entrevista que deu ontem ao jornal, que ficará pouco tempo naquela delegacia.

Não escreve é claro, mas pretende ficar naquela delegacia apenas o tempo suficiente para perseguir e massacrar aqueles que os derrotaram nas urnas em 76.

Fica, neste momento, o registro nesta Casa, e o alerta ao Sr. Secretário de Segurança Pública, que se amanhã, Floresta deixar de viver na tranqüilidade que vive, casos sérios podem ocorrer, nós sabemos disso, a responsabilidade inteira é dos homens que comandam aquele município pelo lado arenista, que nomeia para delegado de Polícia, um ex-Prefeito Municipal, que garantia nos palanques que seria nomeado para massacrar os seus adversários.

Mas, eu fico na dúvida e lanço esta pergunta à Mesa desta Casa: depois de todo o escândalo de funcionários fantasmas, levantado aqui pelo Deputado Lúcio Machado, e este que se configura como tal, porque jamais exerceu uma função dentro desta Assembléia, está sempre no interior, em função eminentemente política agora à disposição da Prefeitura de Iva-

tuba. E a partir de hoje, porque a notícia dá conta de que ele assumiu hoje, aquela delegacia de Polícia, não será, Sr. Presidente, Srs. membros da Mesa, que esta é uma forma, de resolver os problemas de funcionários fantasmas?

Os bons que vêm aqui e trabalham, sofrem até restrições.

E estes agora passam a ser nomeados delegado de Polícia? E eu gostaria de saber; porque delegado de Polícia de cidade pequena não é remunerado.

Está, Sr. Presidente, este funcionário Clóvis de Freitas, nomeado delegado de Polícia de Floresta, ganhando pelos cofres da Assembléia? Ou passa a viver este cidadão sem nenhuma remuneração? O que vai comprovar mais ainda que além de perseguir, vai ser corrupto, como o foi na Prefeitura.

Fica este alerta, porque estaremos vigilantes, pela curta passagem, se Deus quiser, daquele cidadão, como delegado de Polícia de Floresta. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência respondendo a indagação do Sr. Deputado, compromete-se em levantar a situação funcional do Sr. Clóvis de Freitas e fará chegar às mãos de V. Exa. os dados solicitados.

Com a palavra o segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pretendemos fazer um registro do que presenciamos às 10 horas da manhã de hoje, no Parque Castelo Branco, desta cidade, de Curitiba, onde o Sr. Secretário da Agricultura, Dr. Paulo, a ACARPA e a Café do Paraná, faziam a entrega de mais 300 novilhas holandesas aos pecuaristas do Estado do Paraná.

Mas queremos também registrar, Sr. Presidente, que por ocasião da entrega daquelas novilhas, não houve coação, não houve força policial; e elas foram entregues às pessoas e aos proprietários e aos pecuaristas que se inscreveram e que as requereram, independentemente de cor partidária: lá estavam pecuaristas do MDB e da ARENA e todos eles foram contemplados com este gado que por certo virá melhorar a produção do leite do nosso Estado.

Fazemos este registro e requeremos à Mesa que fique constando dos Anais desta Casa.

Mas a nossa intenção na tribuna, nesta tarde, Sr. Presidente, como não foi possível a nossa presença pela manhã, por motivos que já mencionamos, ao chegarmos à tarde, encontrei em meu gabinete um manifesto com o título "AO POVO". Manifesto assinado pelo Prefeito de Manoel Ribas, o Sr. Renato Siloto.

Demonstra perfeitamente aquele Prefeito, o seu cuidado, o seu interesse pelas coisas do Município, do Estado e da Pátria. E eu peço vênha à Casa, para também fazer de público, a leitura deste manifesto e se possível também, que fique registrado, Sr. Presidente, nos Anais. (Lê):

"É um dever que me cabe, como representante do povo manoiribense, dar conhecimento da eficiente atuação que nossos representantes na esfera estadual e federal, os Deputados Jurandir Messias e Ary Kifury, vêm dando a este Executivo com relação às necessidades municipais.

Nada mais justo e honesto confessar que algo já se conseguiu para o município, mas devemos ao esforço e boa vontade dos Deputados.

Máquinas com DER — Escola de 2º grau — Ginásio à noite — 3 salas de aulas ampliando o grupo escolar — Plano pro-safrá — Verbas para escolas rurais — e muitos outros benefícios já estão previstos.

Agora falta o auxílio do próprio povo, que é o verdadeiro proprietário do município, pela união de suas propriedades. E o único que dá ao seu representante condições financeiras para fazer algo a eles através do ICM.

Você que produz, você que consome, lembre-se: quando for vender sua produção, quem comprar paga a você, menos o ICM e, quem vender para o seu consumo, cobra o preço e mais

o ICM. NOTE BEM: de qualquer forma, você paga o ICM — vendendo ou comprando do comerciante.

Todos os cerealistas de Apucarana, e das cidades vizinhas, pagam pela sua produção sem nota, 10, 20 e até 50 cruzeiros a mais por saca, ao intermediário. Esse acréscimo que eles ganham é seu ICM. Comerciante que lhe vende sem notas, cresce financeiramente assustadoramente.

Depois ficam desapropriados, sem recursos.

Você que vendeu sem nota, e seu município sem recurso do ICM para fazer ou construir aquilo que em outros municípios existem.

Pois enriqueceu de maneira ilegal.

O intermediário que compra sua produção e o comprador que compra do intermediário o seu ICM.

Produtores e consumidores, vendam onde quiserem, comprem onde lhes convier, mas sejam inteligentes, exijam a nota fiscal de venda ou compra. O município é seu e não meu. Eu como Prefeito sou simplesmente seu administrador legalmente constituído e só farei aquilo que você me der condições para fazer, através da arrecadação do ICM.

Conheço que meu dever é zelar, construir dentro das possibilidades que vocês oferecerem.

Portanto, cumpra com o seu dever que unidos, faremos muito, muito mais que o próprio intermediário faz com suas críticas ao encontrar uma estrada ruim, que ele levou o ICM que iria nos dar possibilidade de recuperá-la. O ICM é seu, dinheiro que você deu a alguém, para aplicar em outro município, se você não exigir nota daquilo que vender, seja o que for.

O ICM é seu dinheiro que está enriquecendo comerciantes, se você comprar e não exigir nota, seja o que for.

Colabore com o município. Ajude-me a levantar o município. Ele é seu. Só sua boa vontade e compreensão poderá ajudar tirar o atraso, que vocês estão vendo e sentindo.

Não se iluda por mais um ou dois cruzeiros por saca que lhe oferecerem. Exijam a nota fiscal, que ela vale muito mais. Vale seu dever perante a Sociedade — Família e a Pátria.

Por que pôr fiscal para fiscalizá-los se vocês querem vender sem nota?

Quanto é mais honesto e sadio você ter sua consciência tranqüila sem sentir seu dever cumprido, dizer aos seus familiares, amigos e povos vizinhos: eu não vendo e não compro sem nota, estou zelando pelo que é meu em todos os setores.

Nossos representantes, quer municipais, estadual ou federal, reconhecem e estão nos ajudando. Unidos haveremos de vencer.

Portanto, você que produz, compra e vende, ajude, esclareça seu vizinho, filho, parente, compadre ou conhecido, que nossa campanha é exigir a nota fiscal para ajudar o município.

Jovem, adulto ou idoso, esta campanha é um dever, é civismo, é combater o inimigo de nossa economia municipal, do Estado e da União.

Seja um bom brasileiro, ajude no engrandecimento do município que ele faz parte integral de nossa Pátria.

As. RENATO SILOTO.

Prefeito Municipal"

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Sobre a importância do leite, como alimento de crianças, de menores, de enfermos, e de pessoas idosas, muito já escreveu, muito já se disse.

Mas o que não se disse, para nós, interessados em conhecer a origem, a causa dos problemas, é porque uma garrafa de água mineral, qualquer que seja o seu nome cujo custo operacional é pouco mais que o simples engarrafamento, pode ser vendida a três ou quatro cruzeiros, e até mais, e um litro de leite só

proporciona ao seu sacrificado produtor importância menor do que uma garrafa de água mineral.

O investimento nas indústrias leiteiras, desde a mais elementar, do simples criador de 4 ou 5 vacas de leite, exige terreno e instalações apropriadas, clima adequado, gado de raça, rações e cuidados médicos, de preços oscilantes, horas de serviço nas madrugadas, nas ordenhas manuais ou mecânicas, investimentos elevados nos serviços de higiene, vazilhame caro, alto custo de gado leiteiro, ocorrendo ainda o risco de morte dos mesmos, e do azedamento do leite etc. Hoje, Srs. Deputados, quem produz leite para vender, para entregar aos que distribuem é, ANTES DE TUDO UM PATRIOTA.

Produzir leite para o fortalecimento da raça, do povo brasileiro só se faz por idealismo, porque sabe-se de antemão que a rentabilidade não corresponderá em nada com o alto custo de produção.

Imensos capitais estão sendo empregados na ampliação e na montagem de novas indústrias de leite, no Brasil e no Paraná.

Temos condições, especialmente o nosso Estado, com as experiências de Castrolândia e outras, para incrementar a produção de leite e promover sua comercialização em bases justas e razoáveis.

Mas o que assistimos, e nisso está o nosso desconhecimento, é que, possuindo terras, clima e condições de manter os mais finos plantéis de gado leiteiro, somos obrigados a importar cada vez mais leite em pó, porque o preço oferecido ao nosso produtor faz com que ele sinta não estimulado a prosseguir na sua tão mal compreendida atividade. Daí a nossa preocupação, Srs. Deputados.

E o próprio leite, embora sem justo preço, embora sem incentivos aos produtores, termina por ser industrializado, transformado em leite em pó, cujo preço — sem dúvida alguma — o tornará inacessível ao bolso do povo, do pobre.

E quando isso se agravar, e fatalmente terá de se agravar se medidas imediatas de preço justo, de preço animador, de preço que tranquilize o produtor, não forem tomadas — então teremos de importar mais do que o que já importamos, e pagaremos em dólares, pagaremos em ouro lá fora — o que podemos (e devemos) pagar ao nosso produtor.

Segundo dados estatísticos que observamos há dias, há no Brasil um consumo anual de 15 bilhões de litros de gasolina, de igual quantidade de cachaça, e de apenas sete e meio bilhões de litros de leite.

De modo que não seria nada de mais que o leite a ser negociado ao natural para a sua industrialização, e para consumo ainda ao natural fosse subvencionado quer como parte dos impostos sobre bebidas alcoólicas em geral — **PREDOMINANDO SOBRE AS DE MAIS ELEVADO PREÇO, COMO AS IMPORTADAS** — quer sobre produtos considerados supérfluos, mas que o fosse de maneira que tão precioso alimento — o leite — o fosse de possível uso obrigatório, especialmente nas classes menos dotadas de recursos econômicos.

Entendemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que com a responsabilidade que temos de parlamentar, praticamente todos ligados de uma forma ou de outra aos que têm atividades agro-pecuárias, que se deva elaborar e divulgar um estudo explicativo da importância do leite na formação de uma raça forte e sadia e, conseqüentemente, tomar as medidas imediatamente possíveis para aumentar a produção do leite e o seu consumo ao natural em nosso Estado.

Necessário ainda seria todo esforço pra assegurar ao esforçado e conscientizado criador de gado leiteiro um preço razoável, justo, propiciando-lhe oportunidade de uma remuneração condizente com seu investimento e trabalho”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Depu-

tado Egon Pudell.

O SR. EGON PUDELL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “Nós somos de uma região que Deus privilegiou com a sua bênção, o Oeste do Paraná. Parece-nos que alguém já disse que o Oeste do Paraná teria sido a Canaan escolhida por Moisés se a sua caminhada à frente do seu povo fosse realizada em terras do Brasil.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a produção paranaense de trigo, normalmente, ultrapassa um milhão de toneladas, no entanto, o Paraná, que, pela sua população, reclama um consumo de 425.000 toneladas, não foi beneficiado com a devida autorização para proceder a moagem necessária às suas necessidades.

A quota atual de nossos moinhos é de apenas 226.000 toneladas, que, proximamente, será aumentada de mais 120.000 toneladas, autorizadas ao moinho Santistas S/A., em Ponta Grossa, perfazendo, assim, um total de 346.000 toneladas.

Constatamos, então, que, face ao nosso consumo de 425.000 toneladas, conforme dissemos acima, há um déficit de 79.000 toneladas.

A situação agrava-se em razão da existência de aproximadamente 40 moinhos equipados com cilindros, localizados nas próprias regiões produtoras de trigo, no Oeste, no Sudoeste e Norte do Paraná, sem condições de funcionamento por falta de fixação de quotas de trigo para moagem, por parte da SUNAB, pois, a Lei número 6837, de 09/12/9176, não solucionou a situação desses moinhos, face ao subsídio concedido pelo Governo Federal, fazendo com que as indústrias moageiras com registro na SUNAB, obtenham o cereal por preço bem inferior ao que é pago pelo Banco do Brasil, ao produtor.

O que se pretende, em primeira linha, é que estas 40 unidades que estão paralisadas atualmente por falta de matéria prima, recebam quotas que venham atender ao nosso déficit de moagem, isto é, 79.000 toneladas.

Esta decisão, que esperamos, virá a ser tomada pelos altos escalões do Governo Federal, atenderá aos mais elevados interesses do Estado do Paraná e da própria Nação. E explicaremos porquê.

A moagem de trigo nas instalações dos moinhos localizados nas próprias zonas produtoras, evitará o denominado “passeio do trigo”, denominação esta já caracterizada por todos os que têm defendido esta causa. Este transporte desnecessário para os grandes centros industriais, localizados em Curitiba e em São Paulo, duplicado, pelo seu regresso, em forma de farinha, vem colidir frontalmente contra as recomendações e determinações do Excelentíssimo Senhor Presidente da República e dos seus auxiliares diretos. E isto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, num momento como o presente, em que os mais exaustivos esforços estão sendo entrosados em todo o País para que se economize derivados de petróleo, que representa um alto contingente na economia de divisas, que tanto o Brasil necessita.

Consideremos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que, segundo estimativas, no ano de 1976 houve um consumo desnecessário de cerca de seis milhões de litros de óleo diesel, somando-se, ainda, a este consumo, os óleos lubrificantes, pneus e outros derivados de petróleo. Parece-nos que, neste setor, está na hora de uma cooperação objetiva às recomendações do Excelentíssimo Senhor Presidente, General Ernesto Geisel. Os derrotistas e os interessados diretos na continuação do atual estado de coisas, poderão dizer que, no computo geral do consumo brasileiro de petróleo, não representa uma grande parcela, mas, todos os bens brasileiros afirmarão que ela é uma parcela ponderável, e mais, é uma prova de respeito ao que determinou o Exmo. Sr. Presidente da República.

Quanto ao Estado do Paraná, que todos os Parlamentares, meus colegas nesta Casa, defendem com o calor de seu entusiasmo, é oportuno lembrar que os privilégios concedidos a outros Estados, com esta deficiência de quotas concedidas ao nosso,

nos dá um prejuízo na ordem de mais de sessenta milhões de cruzeiros. E perguntamos: somos tão ricos neste Estado que podemos nos dar ao luxo de perder, todos os anos, valores de tal grandeza?

Não, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Governo do Paraná tem um extensivo programa de trabalho e de realizações a executar em benefício do povo paranaense, e todos os impostos decorrentes do trabalho e do suor de nossa gente devem ser carreados a quem de direito.

Cumpre-nos ressaltar, nesta oportunidade, que igual tese vem sendo defendida há muito tempo por inúmeros e ilustres Deputados paranaenses, como, por exemplo, o Deputado Federal, Dr. Arnaldo Busato, hoje exercendo o cargo de Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, Deputado Lázaro Dumont, que, com tanta propriedade defendeu a mesma tese há bem pouco tempo.

Destacamos o trabalho intensivo que o Deputado Arnaldo Busato desenvolveu na tribuna da Câmara Federal, em Brasília, e igualmente junto às altas autoridades federais pugnando pelos direitos que temos sobre o trigo que devemos conceder aos proprietários de moinhos que estão paralisados. Por este trabalho de S. Exa., levamos-lhe o nosso aplauso. Nós, juntamente com o Secretário Arnaldo Busato, temos mantido, nos últimos dias, contactos frequentes com diversas autoridades.

Da nossa parte, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não tem sido de desprezar o nosso trabalho silencioso junto às autoridades responsáveis por este setor da economia brasileira, trabalho este que é representado não somente pela nossa palavra desta tribuna, porém, pelos entendimentos diretos com as mesmas autoridades, em busca de sugestões e de medidas que possam equacionar o problema paranaense do trigo.

Ao finalizarmos este pronunciamento, vimos encarecer a este plenário a sua aprovação no sentido de serem expedidos telex ao Exmo. Senhor Presidente da República, General Ernesto Geisel, ao Exmo. Senhor Dr. Alysson Paulinelli, Ministro da Agricultura e ao Exmo. Senhor Dr. Ângelo Calmon de Sá, Ministro da Indústria e Comércio, solicitando a honrosa interferência de suas Excelências neste angustioso problema, encarecendo mais que sejam enviadas a Suas Excelências, cópias deste nosso pronunciamento.

Muito obrigado”.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Domício Scaramella.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não poderíamos ficar calados, nesta data de saudades, como o fazemos todos os anos, quando se comemora o nascimento do maior estadista brasileiro que foi Getúlio Vargas.

Apresentaremos um requerimento, numa hora um pouco difícil, Sr. Presidente, porque Getúlio Vargas governou esta Nação durante 15 anos, num regime de força. E hoje, vendo o que está acontecendo neste País, não podemos mais, aqui, nos alongar muito. Só queríamos lembrar ao Sr. Presidente, aos Srs. Deputados, aos prezados colegas da bancada do MDB, que naquela época, em um regime de exceção, temos a impressão que nós tínhamos mais franqueza, mais liberdade, do que agora, com o que está acontecendo neste País.

Vamos apresentar um requerimento, não sabemos se será o último ou o penúltimo requerimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):  
“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ciência e aprovação do Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de saudade, pela data presente, que marca em 1883 o nascimento do maior estadista brasileiro, Getúlio Dorneles Vargas.

Getúlio Vargas, se vivo estivesse, completaria 94 anos de

idade. Suas conquistas nos campos social, político e administrativo se refletem até hoje na vida dos brasileiros. Se é verdade que Vargas durante grande parte de sua vida como Presidente da Nação o foi durante um regime de exceção, não é menos verdade que seu governo foi eminentemente popular e a melhor prova disto está a história a mostrar com sua recondução à Chefia do País e, desta feita, através do voto popular.

Vargas foi um homem do povo e por ele sempre lutou chegando ao extremo sacrifício da vida. Foi um político que de tanto prestígio junto às camadas populares, chegou a disputar a senatória por três Estados. Rio Grande do Sul, São Paulo e Distrito Federal, se elegendo nos mesmos e optando pelo seu Estado natal. Foi Deputado estadual e federal, vencendo as eleições em diversas unidades da federação.

Falar do Getúlio Vargas, criador da Petrobrás, Eletrobrás, dos Institutos Sociais seria pleonasmo. Mas, vale relembrar o político Getúlio Vargas que criou o voto secreto e o voto feminino. Vale lembrar do Vargas instituindo o Grupo Executivo da Indústria Automobilística. Devemos recordar do Presidente Vargas que deixou a Presidência da República com “superavit” financeiro e uma reserva aurífera que contrasta com a nossa dívida externa atual de trinta bilhões de dólares. Getúlio foi meu líder político e tive a honra de privar do seu círculo de amizade. A traição política contra Vargas em 1945, estimulou a minha entrada na vida pública paranaense, quando naquele longínquo ano me filiei ao Partido Trabalhista Brasileiro que aquele estadista criara juntamente com o extinto PSD, como forma de estabilizar a democracia brasileira.

A Getúlio Vargas, este brasileiro nacionalista e tão injustamente esquecido pela classe política brasileira, rendemos, hoje, data de seu nascimento, os nossos respeitos.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1977”.

Obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao sexto e último orador no Pequeno Expediente, Sr. Deputado José Domingos Scarpelini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Usamos da tribuna nesta tarde, para justificar o projeto de lei, que ora estamos porpondo à apreciação desta Assembléia Legislativa. É o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a criar a Secretaria de Turismo e Desportos. E gostaríamos de levar ao conhecimento dos Srs. Deputados e do Paraná, a nossa intenção em criar esta Secretaria de Estado que irá dar ao Turismo e ao desporto no Paraná, uma vida nova.

Porque sabemos perfeitamente que, no Paraná, o turismo e a prática esportiva está falida, porque os órgãos responsáveis por esses setores têm dormido o sono da inércia.

Vimos e estamos sentindo constantemente que o vizinho Estado de Santa Catarina e o vizinho Estado de São Paulo, têm feito do turismo, a “Indústria sem Chaminés”, enquanto o Estado do Paraná, de braços cruzados, dorme o sono da tranquilidade.

No momento em que os outros Estados da Federação estão buscando para si todas as conquistas neste setor, o nosso querido Estado do Paraná está desguarnecido. Porque a política de turismo no Estado do Paraná, a cargo da PARANATUR não funciona e quando funciona, funciona apenas com alguns cartazes coloridos colocados nas recepções de hotéis e em alguns jornais de circulação interna no Estado do Paraná.

A justificativa que vai ao projeto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dada a sua extensão, encaminhamos à Mesa e damos como lida, para depois de passar pelas Comissões permanentes desta Casa, chegar ao plenário, para a discussão do nosso projeto; e esperamos contar com o apoio das bancadas que compõem esta respeitada Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Pedimos a colaboração do

MDB e da ARENA, que olhem com profundidade a criação dessa Secretaria do Turismo e Desporto do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)  
O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A preservação do meio ambiente, nesta época tantas vezes violentada pela ação humana, motivou eminentes Deputados desta Assembléia Legislativa a proposição que suscitou a criação da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente.

Desde a inatlação da referida Comissão Permanente, por indicação da liderança da ARENA, participo dos trabalhos da mesma tendo, por deferência dos ilustres membros, presidido-a nos períodos legislativos de 1975 e 1976.

Durante o tempo de seu funcionamento diversas promoções foram e têm sido realizadas, destacando-se, no ano passado, as palestras proferidas pelo professor Bigarella, pelo Secretário Especial do Meio Ambiente da Presidência da República e também pelo Presidente da Empresa bi-nacional de Itaipu, o Ministro Costa Cacalcanti, promoções essas que contaram com a ativa contribuição da Comissão Executiva desta Casa, especialmente do Sr. Deputado Paulo Camargo, então Presidente da mesma.

Assim, Sr. Presidente, esta Casa tem participado ativamente da ecologia e também dos estudos que se fazem com vistas à preservação do meio ambiente, dialogando com autoridades, colhendo reivindicações, encaminhando ou propondo medidas.

Por isso, trazemos à consideração dos ilustres representantes do povo paranaense componentes desta Assembléia Legislativa, um problema que não é de hoje, mas que agora está agravado.

Este problema, Sr. Presidente, corresponde ao panorama de sofrimento humano causado pelo desenvolvimento industrial que não leva em conta os efeitos negativos de uma inadequada localização das indústrias na comunidade.

Referimo-nos especialmente a uma indústria que está localizada num dos bairros desta Capital, mais precisamente na Vila Guaíra. Trata-se da Siderúrgica Guaíra que está localizada à Rua Pará. Desenvolve suas atividades exatamente no limite, entre o Setor de Recuperação e a Zona Residencial-3 em que são tolerados simplesmente os usos de comércio e serviços vicinais. O forno principal da empresa está instalado — passem os senhores — a menos de 40 metros das residências mais próximas.

Para se ter uma idéia dos problemas causados à população é interessante fazer-se uma explicação rápida e simplificada de algumas das atividades desta indústria e mostrar como estas afetam negativamente a vida da população que a circunda.

(Lê): “A Siderúrgica Guaíra obtém o seu aço, fundindo sucata de ferro em forno elétrico. O calor para a fusão é obtido, principalmente, pela descarga de fortíssima corrente elétrica entre eletrodos de grafite. Forma-se um arco elétrico que funde a sucata, gerando um altíssimo ruído, muitos decibéis acima do limite permitido por lei.

A sucata é uma mistura de restos de automóveis, geladeiras, carros, chapas, cilindros e outros rejeitos metálicos. Estes materiais estão contaminados com pedaços de vários tipos de plásticos, borracha, chumbo, tintas e outros elementos estranhos. Mesmo que se procure separar estes corpos estranhos do ferro, é inevitável esta contaminação. Com o calor da fusão ocorre a decomposição e queima de impurezas, com desprendimento para a atmosfera de vapores de enxofre, compostos clorados, partículas de óxidos de ferro que arrastam outros contaminantes ocluídos nas mesmas, como traços de óxidos de chumbo, além de muitos outros compostos químicos nocivos à saúde do homem. Deve-se ressaltar, que o plástico, conhecido como PVC,

presente na sucata de automóveis, é produzido do cloreto de vinila, um conhecido cancerígeno. Quando o PVC é decomposto pela ação do calor, esta substância cancerígena também é produzida.

Dependendo das condições atmosféricas, a nuvem de poluentes invade as residências, as escolas, os jardins de infância, as casas de culto, mesmo as mais afastadas, como a Igreja de São Cristóvão que se encontra a mais de 500 metros da indústria.

O trabalho é diuturno e em função disto, a poluição química e sonora também o são. Os ruídos são de tal ordem que já se verificam inúmeros casos de neurose.

A temperatura entre os eletrodos atinge valores superiores a 1000 graus centígrados. Se a sucata contiver água aprisionada, como no interior de um bloco metálico, obtém-se as condições para uma violenta explosão, tal qual ocorre com uma caldeira que explode quando é aquecida muito além do limite permitido. A intensidade da explosão irá depender do volume de água aprisionada, podendo ser tão violenta que ferro em brasa será lançado pelos ares. Nas últimas semanas com muita chuva, e sucata molhada, ocorreram várias explosões, uma das quais furou o telhado acima do forno e deixou apavorada a população. Várias ambulâncias e o Corpo de Bombeiros compareceram ao local. Após a saída destes, acenderam-se novamente as luzes da Siderúrgica, reiniciando-se a poluição química e sonora.

Sabe-se que a URBS indeferiu pedido da Siderúrgica Guaíra (fato amplamente comentado e confirmado por S. Exa. o Sr. Prefeito Municipal) para a sua instalação na CIC, por se tratar de indústria altamente poluidora e portanto, indesejável até para o setor industrial da cidade.

É da responsabilidade das autoridades competentes evitar a intoxicação física e mental das crianças e adultos que vivem em torno da Siderúrgica”.

Assim, devem ser tomadas urgentes medidas para a minimização do cruciante problema, atuando-se até a referida indústria para que, a curto prazo, instale equipamentos necessários para o bem-estar do povo. A médio prazo, entretanto, a solução deverá ser alcançada, com a transferência do referido complexo industrial, sem dúvidas importantes na área econômica para em local apropriado, distante de centros urbanos. Pois, à medida que a produção aumentar, com ela crescem os ruídos e a poluição atmosférica, como ocorreu, ainda há pouco, na medida em que foi instalado um potente transformador para processamento da sucata que ali é processada.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, associando-nos à reivindicação de numerosos co-estaduanos que vivem na região, representados pela Comissão formada pelos renomados professores universitários, engenheiro Rodolfo Berg, médico Francisco Moraes Silva, do Sr. Juiz de Direito do Tribunal de Alçada, Dr. Sílvio Romero Stadler de Souza, do arquiteto Leônidas Rene Wagner, do Bispo Efreim Krewey, apresentamos à consideração dos nobres pares, um requerimento que está vazado nos seguintes termos: (Lê): “Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Saúde e Bem-Estar Social, Dr. Arnaldo Busato e ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, Engenheiro Saul Raiz, solicitando urgentes e enérgicas providências no sentido de que as atividades industriais da Siderúrgica Guaíra — Curitiba, não continue a perturbar a saúde, o sossego e segurança da população regional, com os ensurdecedores ruídos, perigosa poluição e constantes explosões que atualmente ali se verificam.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1977”.

Era só, Sr. Presidente. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Grande Expediente, Sr.

Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, declino.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Volto hoje a ocupar esta tribuna para tratar pela segunda vez do já famoso conjunto habitacional "Presidente", construído em Londrina.

Em ocasião anterior, apenas comentei o fato, dizendo que aguardaria as possíveis providências que viessem a ser tomadas pelo Prefeito de Londrina.

Mas, hoje, sentindo que o propósito é o de esconder a verdade e não dar satisfações ao povo sobre o assunto, entendo que caberia um protesto enérgico contra quem se nega de prestar contas.

Construído pela COHAB LD, o conjunto "Presidente" deveria atender com sua casa própria dezenas de famílias londrinenses que ansiosamente aguardavam o dia do sorteio das casas.

E veio o sorteio e a conseqüente distribuição.

E logo depois surgiram as primeiras notícias de que gente ligada ao "staf" prefetural havia furado a fila e começaram a divulgar nomes de "prestigiados", "privilegiados" e "apadrinhados", o que, se confirmado, transformaria o caso num verdadeiro escândalo de corrupção e negociata.

Com o surgimento das denúncias e com as dúvidas surgidas quanto à moralidade e a regularidade da distribuição das casas populares, entendeu a bancada da ARENA na Câmara de Londrina em tomar uma posição para que as coisas fossem colocadas em seus devidos lugares.

Estavam os Vereadores arenistas exercitando seu natural e indelegável direito de fiscalizar os atos do Executivo e como conseqüência deveriam promover as ações ao seu alcance.

Iniciaram por uma tentativa de formar uma Comissão Especial, a qual teria a incumbência de promover diligências para conhecer com detalhes o assunto.

Era uma simples Comissão Especial, comissão que seria formada por membros de ambas as bancadas e cujo trabalho, se aprovada a lisura na distribuição das casas populares, acabaria por ser benéfica ao próprio município.

Mas a bancada do MDB disse não!

É sem especular, sem informar, sem prestar contas, sem provar nada.

No dia 11 de abril deste mês, o Vereador Paulo Takushi Maeda, pertencente à bancada arenista na Câmara de Londrina, apresentou um pedido de informações ao Sr. Prefeito Municipal daquela cidade, tendo em vista inúmeras denúncias que têm sido feitas em torno do já famoso conjunto habitacional "Presidente".

Referido pedido de informações é composto de 9 indagações assim enunciadas:

- 1 — Quantas casas foram construídas no conjunto habitacional "Presidente"?
- 2 — Quantas casas estão habitadas e quantas estão fechadas?
- 3 — Quais os nomes e qualificação dos adquirentes destas casas populares?
- 4 — Esses mutuários estavam inscritos?  
Enviar fotocópias das fichas ou folhas dos respectivos livros onde os nomes estavam consignados.
- 5 — Enviar também os contratos dos que foram originariamente contemplados.
- 6 — Quantas transferências já foram efetuadas e de quem para quem?
- 7 — Quantos mutuários estão realmente habitando as casas populares e quantas estão alugadas?
- 8 — Como foi realizado o sorteio destas casas?  
Foi por ordem de inscrição?
- 9 — Informar ainda se solteiros podem adquirir casas po-

pulares pela COHAB de Londrina."

Como se observa, os quesitos apresentados pelo edil londrinense são realmente importantes e suas respostas servirão para esclarecer a opinião pública, em face das mais desencontradas notícias que cercam a distribuição das casas do conjunto habitacional "Presidente".

Se a distribuição das casas do conjunto habitacional foram regulares, se foram observados todos os caminhos legais, que explicação restaria para posições de tanta intransigência?

Ou teria havido o chamado "chuncho" na distribuição das casas beneficiando um punhado de figuras ligadas ao "staf" prefetural?

Teriam lesado os necessitados, as famílias sem recursos que ficaram na fila sonhando com a casa própria, para dar benefícios a um grupo de privilegiados?

Essa é a impressão que se começa a ter, em virtude de radical decisão de não se informar nada, de não se pesquisar, de não se permitir a publicidade dos atos contra os quais existem dúvidas.

É muito velho o refrão de "quem não deve, não teme".

E a coisa é realmente muito séria!

Basta que imaginemos um chefe de família que esteja inscrito há muito tempo, aguardando a sua vez da casa própria, sonhando com o dia do sorteio, fazendo planos para toda a família.

Imaginemos esse mesmo homem sendo preterido por um oficial do gabinete do Prefeito, por um assessor do Prefeito, por um parente de importante político das bandas do Prefeito, ou coisa parecida.

Imaginemos que isso aconteça!

É um verdadeiro crime!

É corrupção, é malandragem, é caso de polícia!

E os boatos nesse sentido existem e ficam mais gordos a cada dia que passa.

Com dinheiro do povo não se brinca e ninguém pode se negar a prestar contas a esse mesmo povo.

O que desejam os Vereadores da ARENA de Londrina é pura e tão somente saber como e de que forma foram distribuídas as casas do conjunto "Presidente".

Deverá até ser honroso para a Prefeitura de Londrina dar as informações pedidas, permitir as comissões investigadoras, para provar que agiu com dignidade, sem negociatas e sem marmeladas.

Mas, enquanto foi negado o direito à informação, especialmente num caso tão delicado como esse, ninguém poderá reclamar contra as dúvidas que crescem dia a dia.

E considerando que até agora não se tem notícias sobre as providências que seriam tomadas pela Prefeitura Municipal de Londrina, resta a expectativa pelas respostas ao pedido de informações que foi apresentado na Câmara Municipal". Já que não se permitiu a comissão especial.

"Vamos fazer votos para que tal pedido de informações seja atendido no mais curto espaço de tempo, para que, analisadas suas respostas, possamos chegar a uma conclusão definitiva a respeito do tão discutido assunto.

Bom seria que quando da solicitação para a formação de uma Comissão Especial não se tivesse fechado questão em torno do assunto, pois o pedido era simples e sem outras acusações.

Ocorre que a negativa criou uma imagem pouco recomendável e motivou a que as dúvidas aumentassem ainda mais.

Agora, vencidas as barreiras da resistência, através de um pedido de informações, ainda que com uma faixa de atuação bem mais reduzida para colher os subsídios de que necessita, ainda assim resta a esperança de que se conheça em detalhes toda a estória da distribuição das casas do conjunto habitacional "Presidente".

Era o registro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência consul-

ta à Liderança da Aliança Renovadora Nacional, se deseja ocupar o horário que lhe é destinado, regimentalmente. (Pausa). Havendo declinado, consulta a liderança do Movimento Democrático Brasileiro, sobre se deseja ocupar o espaço que lhe é, regimentalmente, reservado. — (Pausa). — Declinado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

**EM VOTAÇÃO — 1ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei número 153/75, de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, que autoriza o Poder Executivo a transferir para o DER a conservação e melhoria da estrada Guaraniçu-Altamira. Pareceres contrários da CCJ., e CF., e favorável da COPTC., por unanimidade.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes de entrar no mérito da alocação que pretendo fazer, presto e rendo um agradecimento e uma homenagem ao Deputado da região objeto deste projeto, eminente Deputado Jurandir Messias que, entendendo a necessidade premente de uma posição correta, segura, eficiente e rápida do Governo do Estado, houve por bem, na minha ausência, defender esta proposição, este plano de lei, para que viabilizasse a interpretação e entendimento da reivindicação do povo daquela região.

Argumenta-se e, foi, pelo que eu sei, o que se levantou através de uma das vice-lideranças do Governo, nesta Casa, que o projeto estaria eivando de inconstitucionalidade. E, a Comissão de Constituição e Justiça deu parecer contrário; favorável na Comissão de Finanças, ou melhor, na COPTC., por unanimidade.

Ocorre, Srs. Deputados, que o objetivo deste projeto, primeiro é de satisfazer a integração e a interligação rodoviária entre a região Oeste e a região Central do Estado do Paraná, distanciadas e separadas por um leito do chamado rio Piquiri. E, por outro lado, é acometida ainda a região, por fortes acidentes geográficos que dificultam até a manutenção de estradas pelo próprio município.

Mas quero me louvar na questão da inconstitucionalidade. Se nós não vivemos num regime constitucional, como é que nós podemos argüir a inconstitucionalidade de qualquer matéria? Se o regime não é constitucionalista, se o regime não é, datíssima vênha, no nosso entender de plena legalidade do estado constitucional, como se pode argüir a inconstitucionalidade de um projeto, que visa buscar o atendimento e a melhoria de uma região.

É impossível que não se questione a questão da filosofia de um estado em que não se questione o problema de constitucionalidade numa hora em que nós vivemos a exceção abrupta?

É preciso se fazer o discernimento lúcido do atual momento em que vivemos. Primeiro, não se posicionando apenas nesta questão de indagação jurídica, mas buscando os atributos

necessário para se convencer que se trata de uma região carente. E já tivemos em contacto com o Secretário de Transportes, em várias oportunidades, buscando, inclusive, entendimentos para que essa estrada fosse viabilizada. E S. Exa. teria informada que seria do interesse do Estado fazer esta estrada, só que no momento não estava no programa de obras.

Ocorre que o Parlamento, uma das funções do Parlamento é justamente trazer as informações e viabilizar os cânones legais para que o Executivo exerça o seu munus com mais eficácia. E é esse o objetivo, e é esta a maneira pela qual o parlamentar tem como recurso sua forma, inclusive de compelir, de convidar, de solicitar e de viabilizar, de legitimar ao Governo para que tome as medidas executivas cabíveis a estas proposições.

E esta estrada, ela é mais necessária, muito mais necessária de quantas já se fez neste Paraná e de quantas pontes já se fez neste Paraná, sem ao menos ter estrada. E eu cito um exemplo: a estrada que liga Nova Aurora a Quarto Centenário, que foi feita a alto custo e que não tinha estrada para que se pudesse servir. E não vejo razão para que se obstrua a pretensão, não deste Deputado, que seria demais odiosa se fosse só deste Deputado, mas daquela região que está a reivindicar em quantos requerimentos passaram nesta Assembléia, da nossa autoria e um até de autoria conjunta com o Deputado Jurandir Messias.

Fomos, inclusive, falamos até com o Secretário dos Transportes, para que essa estrada fosse viabilizada, que ela fosse executada com a maior brevidade possível, sobretudo porque o povo que mora perto daquele rio, do rio Piquiri, se quiser ir para São Paulo tem que dar um avolta, um contorno de cento e cinco quilômetros, entre os quais, possui 65 quilômetros de terra nua, de estrada nua, sem contar ainda aqueles que residem no lado de Altamira, do município de Palmital. De tal sorte, Srs. Deputados, que um projeto de lei buscando, viabilizando a autorização para que o Governo exerça este poder de construir, para que este projeto mereça, para que este projeto do Sr. Governador do Estado, o seu consentimento, é preciso que ele passe por esta Assembléia; que seja aprovado, não sob o laivo de uma inconstitucionalidade que aquele povo tão desconstituído que vive, de quantas estradas, possa ser desamparado numa hora dessas. E não tem aqui caráter imperativo este projeto, é um caráter meramente autorizatório. E se S. Exa. achar por bem de denegar como denegou o Estatuto do Magistério, como vem denegando, como vem vetando todos os projetos de lei, que busca pelo remédio que o Parlamento tem, viabilizar a pretensão do povo que este Parlamento representa, então ele terá a faculdade de fazê-lo.

Faço um apelo aos Srs. Deputados, para que entendam o caráter da necessidade deste projeto. E lamento profundamente, que os Srs. Deputados que se opuseram à medida, não tenham tido a lucidez do momento para que colaborassem e corroborassem este projeto, porque ele não passa de um plano de lei, meramente autorizatório.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Continua em votação.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, apenas para que posamos fazer uso da palavra, aqui mesmo da tribuna, face à rapidez que pretendemos enfocar o assunto, depois das ponderações feitas pelo ilustre Deputado, autor da matéria, cumpre que aqui ressaltamos alguns pontos.

O primeiro deles, com referência ao próprio parecer emitido pela CCJ ao projeto de lei ora em votação, no sentido de que a própria Comissão ao examinar a matéria, já entendeu que, realmente, a necessidade na região, da medida ou da obra pretendida, é realmente satisfatória, e está suficientemente comprovada.

Todavia, como cabe à CCJ, examinar exatamente o aspec-

to legal e constitucional da matéria, e com base no que estabelece a Constituição do Estado, em seu artigo 35, em que veda inclusive, as medidas meramente autorizatórias que demandem em despesa pública, foi esta a razão fundamental para que o parecer fosse contrário.

Não vejo razão na fala do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, ao entender que aqueles que se pronunciaram pela rejeição da matéria, deveriam talvez, ter olhado outros aspectos. Porque me parece que na CCJ, o aspecto seria uno: O aspecto da constitucionalidade e da legalidade.

Mas, é importante que se diga, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de que foi relator da matéria, o nobre Deputado Nilso Sguarezi, da bancada do próprio autor da matéria. E todos os membros da CCJ, tanto os pertencentes à bancada da ARENA quanto os pertencentes à bancada do MDB, votaram em decisão unânime, no sentido de que deveria esta matéria ser rejeitada, pela sua flagrante inconstitucionalidade.

Na verdade, o melhor caminho e que deverá tomar o ilustre parlamentar, e que seria um caminho muito mais rápido, muito mais fácil, seria exatamente a apresentação de um requerimento solicitando estas providências. Requerimento que já temos conhecimento se faz e será encaminhado ao Sr. Secretário dos Transportes.

Parece-me ainda que se pretendeu alguma coisa por um caminho muito mais longo; que fosse um projeto de lei, sujeito a passar por comissões, um projeto de lei apresentado e que no ano de 1975, um projeto de lei que demorou tanto tempo para tramitar pelas Comissões até chegar à apreciação deste plenário. E, parece-me que, o caminho mais curto, e mais rápido não foi buscado, que seria através do próprio requerimento, expediente, que poderia já ter alertado as autoridades para esta necessidade.

Apenas faço esta menção pela ausência do nobre Deputado da bancada do MDB, Nilso Sguarezi, que foi o relator da matéria e que no seu relatório, contou com o apoio incondicional de todos os membros da Comissão de Constituição e Justiça. — (SEM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE (JURANDIR MESSIAS) — Continua em votação.

O SR. ENÉAS FARIA — Para encaminhar a votação — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Para que não parem mal as coisas, é preciso que se venha aqui e reafirme que efetivamente o parecer da Comissão de Constituição e Justiça a este projeto, foi lavra do eminente, do culto, do responsável, Deputado Nilso Sguarezi.

E a Comissão de Constituição e Justiça — e quero crer, hoje com a sua constituição modificada, continua — e talvez até aprimorando, continua a pautar a sua atividade, dentro do melhor critério. A Comissão de Constituição e Justiça através de seus membros, houve de dar apoio e dar curso ao parecer de V. Exa.. Inclusive, nós, eminente Presidente, Deputados da bancada do MDB à qual pertence o culto e eminente Deputado Fidelcino Tolentino, Deputado brioso, valente e trabalhador, que tem dado nesta Casa as maiores demonstrações de amor ao Paraná e à sua região; que tem dado nesta Casa demonstrações eloquentes e que aqui vem para cumprir com abnegação e com sacrifício até o mandato que o povo lhe outorgou, o Deputado Fidelcino Tolentino, autor do projeto é também integrante da nossa bancada.

Apenas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queríamos dizer que a nossa atitude na CCJ como tem sido neste plenário, objetivou e objetiva, antes e acima de tudo, respeitar e dar cumprimento à lei e principalmente à Constituição. Não importa que essa Constituição seja fraudada; não importa que não seja rasgada; não importa que não seja obedecida; não importa que não seja modificado ao talento de qualquer vontade; importa que do lado de cá; importa que nos Parlamentos e no Legislativo, os homens que têm a responsabilidade, de cumprir a lei, se enquadrem antes de tudo, na própria lei. Com esse obje-

tivo e com esse sentido, mesmo sentindo que a iniciativa do brilhante e eminente Deputado Fidelcino Tolentino, estava empregnada do mais alto mérito. Não pudemos, por amor à lei, por amor à Constituição, e para dar demonstração efetiva de que somos cumpridores da lei, de que somos amantes da Constituição, não pudemos, mesmo à luz da lei, e que somos amantes da Constituição, não pudemos, mesmo à luz do mérito que vinha do bojo do projeto não pudesse dar recurso. Pretendo que o eminente Deputado Fidelcino Tolentino tenha entendido a posição que adotamos alhures, naquele projeto; entendo e peço que entenda o Deputado, a posição que adotamos e que estamos a adotar. Parece-me andou bem o relator, parece-me andou bem a Comissão de Constituição e Justiça como bem e melhor ainda porque defendia e defende uma reivindicação, um anseio dos mais justos de sua gente e de sua terra, andou bem o Deputado Fidelcino Tolentino.

São incongruências, incompatibilidades, entrechoques que os legislativos estão acostumados a ver, a sentir e que são normais na vida dos Parlamentos. — (SEM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — Em votação o Projeto de Lei número 153/75.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — Para encaminhar a votação, tem a palavra o Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por ocasião de ontem ocupamos esta tribuna, diríamos para defender o projeto de autoria do eminente Deputado Fidelcino Tolentino.

Lamentávamos, naquela ocasião, a ausência deste Deputado, mas achávamos que na sessão seguinte, ou seja, na sessão de hoje, aqui estaria o seu autor. E realmente isto aconteceu e presenciamos quando, da tribuna, defendeu o seu projeto com bastante euforia e com bastante satisfação.

E nós que ontem procuramos, perante as duas bancadas, uma maneira para que este projeto não fosse rejeitado queremos também, ao encaminhar o mesmo, continuar solidários com o Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O projeto, sendo ou não inconstitucional, servirá — pensamos — como uma sugestão ao Sr. Governador Jayme Canet Júnior e ao Sr. Secretário de Transportes, Dr. Osiris Stenghel Guimarães.

Uma vez que esta dought Casa haja por bem aprová-lo e se o Sr. Governador vetar, sinto-me, desde já, na obrigação de continuar com o meu propósito de levar até o final, esta reivindicação que eu considero das mais justas, para uma região tão carente no setor rodoviário.

É por isto que nós, que temos a obrigação, que temos o cuidado de olhar pelas coisas, que são poucas — diga-se de passagem — que passam por esta Casa, não poderíamos nos calar quando um projeto que vem beneficiar uma comunidade, que vem beneficiar dois municípios, Guaraniaçu e Palmital, é caso de tamanha polêmica, porque a Lei 35 da Constituição Estadual, diz ser inconstitucional.

Se realmente o é, nada impede, Sr. Presidente, que esta Casa dê uma oportunidade àquela região e àquela gente, para que eles sintam que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que os seus legítimos representantes que para aqui vieram através deles, estão voltados para os seus interesses, para os seus problemas.

Por isto, Sr. Presidente, é que contrariamos e por isto peço escusas aos meus colegas de bancada, e firmamos a nossa posição, votando favoravelmente ao projeto do eminente Deputado Fidelcino Tolentino. — (SEM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — Em votação.

O SR. MUGGIATI FILHO — Peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MIGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O projeto de lei visa autorizar o Poder Executivo a transferir, para o Departamento de Estradas de Rodagem, a conservação e melhoria da estrada que liga Guaraniáçu a Altamira e, foi considerado inconstitucional pela Comissão de Constituição e Justiça, naturalmente porque implica em despesa e, nada que implique em despesa pode ser de iniciativa desta Casa.

Concomitantemente, estamos vendo, nesta data, o Projeto de Lei 105/76, de autoria do Deputado Quilse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo a proceder asfaltamento da estrada que liga as sedes do município de Colorado e Itaguagé — também implica em despesa, com voto favorável, este, da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade e, demais Comissões que emitiram parecer ao projeto.

Portanto, verificamos que há uma contradição palpável na Ordem do Dia, no tocante à orientação adotada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Queremos deixar clara a linha que sempre adotamos na Comissão de Constituição e Justiça: entendemos que os princípios constitucionais não podem realmente ficar esquecidos, porque a questão de constitucionalidade de uma lei é assunto que muitas vezes somente é decidida definitivamente, depois que o projeto se transforma em lei, e, que a própria lei entra em vigor, quando o Poder Judiciário decide sobre a sua constitucionalidade, desde que argumente a sua inconstitucionalidade.

Há no entanto, em nosso favor, daqueles que não adotam a linha que colocou o Poder Legislativo à margem do Governo do Estado, que é a linha da Constituição Brasileira, uma vez que o Poder Legislativo não é realmente um Poder em nosso País, acumulando-se o Poder Executivo, das funções legislativas.

Esta é, realmente, a verdade, defendendo-se entretanto, àqueles que integram o Poder Legislativo, por meio dos princípios que devem reger a matéria.

Ora, se nossa Constituição fere, frontalmente, os princípios universais do Direito Constitucional, dentro daquilo enunciado em defesa das tradições constitucionalistas do País, parece válido que, ainda com fundamento em uma decisão do Supremo Tribunal Federal, deixemos a matéria para uma instância definitiva, em mão do próprio Poder Executivo.

O que me parece válido é que, se o projeto não é inconstitucional, em relação aos princípios constitucionais que devem reger a matéria — e, neste caso, realmente, não se trata de projeto inconstitucional.

Mas, o Supremo Tribunal Federal, diz, através do verbete número 5, da Súmula que é jurisprudência firmada em caráter não definitivo, mas, até que seja modificado, prevalece, sobre qualquer outro entendimento do Supremo Tribunal Federal, que a sanção convalida a falta de competência para a iniciativa. Quer dizer, sancionado o projeto pelo Poder Executivo, tivesse, ou não, o Poder Legislativo competência para a iniciativa, ele passa a valer como lei. Porque, logicamente, o Poder Executivo deu validade à iniciativa que poderia lhe pertencer.

Esta é a linha que temos defendido na Comissão de Constituição e Justiça, nesta nova fase, que passamos a integrá-la, como defendemos, igualmente, anteriormente, quando fizemos parte da anterior Comissão de Constituição e Justiça.

Este, portanto, é o nosso voto. Voto coerente, principalmente, com esses princípios que não vêm ferir, que não vêm determinar a incoerência de estar, na Ordem do Dia, dois projetos quase que com o mesmo sentido, com pareceres dissonantes, contrários, que se entrecrocaram, e que irão constituir-se aprovados esses pareceres — numa decisão injusta da Casa. Ou recusa-se os dois projetos; ou aprovam-se os dois. Como o Supremo Tribunal admite que o Poder Executivo convalide a falta

de iniciativa, meu voto é favorável aos dois projetos.

Era só, Sr. Presidente. — (SEM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — Em votação. — APROVADO.

TERCEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 216/73, de autoria do Deputado JORGE SATO, que disciplina a função de despachante perante a Secretaria de Segurança Pública, exceto o DETRAN, e dá outras providências. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., e CP., por unanimidade. — COM EMENDA DE PLENÁRIO. — APROVADO, PROJETO E EMENDA.

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Universidade Federal do Paraná, pela comemoração através do seu Departamento de Psicologia e Antropologia, da Semana do Índio. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de incluir no Plano Pró-safrá deste ano, o alargamento e melhoria do trecho da estrada do Município de Guaraniáçu. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, lido da tribuna, solicitando voto de saudade, pela data presente, que marca em 1883 o nascimento do estadista brasileiro Getúlio Dorneles Vargas. — Em discussão — Encerrada a discussão — Em votação.

O SR. LÚCIO MACHADO — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como o eminente Deputado Domício Scaramella, milhares de brasileiros deste País, mantêm vivo aquele homem que, vindo ao mundo em 1883, os destinos da Pátria Brasileira escolhia-o para ser o maior estadista do mundo.

Getúlio Vargas a infraestrutura deste País, foi um esteio do desenvolvimento desta Nação. Foi o único brasileiro a chegar ao Poder pelas formas que se pudesse permitir a uma Nação, a Nação brasileira.

Foi o único estadista que conseguiu dar as raízes mais importantes da infraestrutura econômica desta Nação.

Getúlio não morreu, ele apenas se transferiu para outro Cosmos. O seu nome permanece na consciência política e cívica de todo o cidadão brasileiro, que viu, que sentiu, que palpou e que vê que a grandeza desta Nação se deve a muitos estadistas e muito mais ao imortal Getúlio Dornelles Vargas.

Getúlio nacionalizou o petróleo brasileiro, criou a Petrobrás e Eletrobrás, o Vale do Rio Doce, a Indústria Siderúrgica de Volta Redonda.

Foi Getúlio Vargas o maior defensor das reservas florestais deste País. Em 1950 contestou a propositura do aumento da alíquota do imposto de renda sob a justificativa de que a economia do povo deveria ser mais respeitada e menos onerada.

Getúlio Vargas tinha o pensamento voltado à economia popular.

Getúlio Vargas sentia que era Governo para povo e não Governo do povo.

Getúlio Vargas, mesmo na ditadura mostrou ser o maior democrata desta Nação.

Getúlio Vargas voltava seu pensamento diuturnamente, ao sofrimento do povo brasileiro.

Por isso mesmo, criou o Instituto Nacional de Previdência Social, com outra denominação; por isso mesmo, deu os dispositivos de segurança através das leis trabalhistas ao trabalhador desta Nação.

Por isso mesmo, estabeleceu fontes de segurança, principalmente, para os humildes, para aqueles menos ajudados pelas coisas sociais, desta Nação.

Getúlio era mais do que isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Getúlio Vargas, como vidente, anteviu os acontecimentos do futuro bem próximo que a Nação teria que passar; Getúlio na sua carta-testamento, uma verdadeira antevisão profética. Parece-me que as coisas vêm acontecendo como lá está escrito.

Esta carta foi lida por milhões de brasileiros; foi até aproveitada por políticos em suas campanhas eleitorais; foi divulgada através do rádio, da televisão e dos serviços de alto-falantes dos quatro quadrantes desta Nação.

Esta carta foi decorada no coração, na alma e no peito; foi decorada por todos aqueles que sentiram que a carta-testamento de Getúlio Vargas era uma previsão infeliz para o futuro do Brasil.

Esta carta tem que ser lida sempre; há de ser lida em todas as datas que possam lembrar o seu nome por apoteoses benéficas, por apoteoses malélicas, pelo seu nascimento, pela sua morte.

Sua carta-testamento deve ser retrospectada para que na consciência daqueles que têm em si o civismo e o brio da respeitabilidade ao sistema de governo, se emprega a manifestação de sentimento transformada em palavras para que, jamais, se apague da história desta Nação.

E, permita, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a proceder, neta oportunidade, a leitura da carta-testamento de Getúlio Vargas, o mais importante estadista do mundo, o mais venerado democrata do planeta terráqueo:— (LÊ):

“Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se novamente e se desencadeiam sobre mim. Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes. Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao Governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se a dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a Justiça da revisão do salário-mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente.

Assumi o Governo dentro da espiral inflacionária que destruiu os valores do trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500 por cento ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia a ponto de sermos obrigados a ceder.

Tenho lutado mes a mes, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar a não ser o meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater

a vossa porta, sentireis em vossa peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no meu pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o perdão. E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e o meu sangue terá o preço do seu resgate.

Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História”.

Era isso, Sr. Presidente.— (SEM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — Em votação o requerimento do Sr. Deputado Lúcio Machado, Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como estão:— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, e ao Sr. Prefeito Municipal, encarecendo urgentes providências no sentido de que as atividades industriais da Siderúrgica Guaíra, localizada na Vila Guaíra, não perturbem a população regional com poluição e constantes explosões.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoatto, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da Caixa Econômica Federal, em forma de sugestão, a fim de que seja examinada a possibilidade da criação e instalação de uma agência do referido estabelecimento na sede da Comarca e Município de Iporá.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Reinhold Stephanes, no sentido de que seja criado um posto do INPS, na sede do Município de Ampére.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, sugerindo confecção de relação de nomes de todos os expedicionários, com destaque dos que tombaram nos campos de batalha.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando a inserção nos Anais da Casa, da Ordem do Dia do Ministro do Exército, proferida em todas as organizações militares em comemoração ao aniversário da tomada de Montese, na Itália, pela Força Expedicionária Brasileira.— APROVADO.— (A Ordem do Dia acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de contar com seu empenho, para que seja instituída a Fundação dos Portuários de Paranaguá.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando voto de louvor ao Sr. Presidente da República, por haver assinado ato revogando o § Único, do Artigo 17, da Lei número 4.864.— APROVADO.

O SR. ENÉAS FARIA — (PELA ORDEM) — Sr. Presidente solicitaria que fosse lida a súmula do requerimento do Sr. Deputado João Fadel e, se procedesse a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — A Presidência atende a solicitação. (Lê a súmula do requerimento).

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.— (Pausa) Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram se levantar.— Rejeitado.

Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes.

O SR. FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Pediria que constasse em ata, o meu voto favorável ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — A Presidência atende, e manda consignar.

Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Solicito, Sr. Presidente, verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — Sr. Deputado Gilberto Carvalho, solicita verificação de votação. Cumprida esta etapa, a Presidência penitencia-se pelo fato de não haver dado a conhecer aos Srs. Deputados, o número dos votantes. Quantos votaram favoravelmente à matéria, e quantos Srs. Deputados votaram contrariamente à matéria. Por esta razão, a Presidência volta a submeter a Plenário a votação do requerimento do Sr. Deputado João Fadel.

(É FEITA A VERIFICAÇÃO)

14 Srs. Deputados aprovam.

8 Srs. Deputados rejeitam.

Não há quorum para deliberação.

O SR. DÁCIO LEONEL — (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente. Levanto esta questão de ordem, tendo em vista, o pronunciamento que ouvimos no encaminhamento da votação do Projeto de Lei 153/75, da parte do eminente Deputado Muggiati Filho. Apenas como observação: S. Exa. tem toda razão, quando ele acompanha inclusive a Ordem do Dia e quando consta na pauta da segunda sessão de que o Projeto de Lei 105/76, de autoria do Deputado Quielise Crisóstomo da Silva obteve parecer favorável da CCJ. E com isto, nós nos preocupamos, como membros desta Comissão, ao ouvir a sua afirmação, perfeitamente válida, pelo documento que temos em mãos.

Todavia, Sr. Presidente, eu me propus e solicitei que me fosse entregue em mãos o Projeto de Lei 175/76 e verifiquemos mais uma vez que este projeto de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, obteve da CCJ, parecer contrário por decisão unânime de todos os seus membros.

Daí a minha questão de ordem, para que V. Exa. tome as providências a fim de que seja sanado o erro havido na pauta em que dá como parecer favorável ao Projeto de Lei 105/76, o que não acontece em verdade com o projeto.

E desta forma não fica a impressão da dubiedade das posições tomadas pela CCJ que em ambos os projetos, deu parecer contrário.

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — A Presidência acolhe a observação do eminente Deputado e solicita do Departamento Legislativo, através da sua Seção de Ordem do Dia, para que faça a necessária correção.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 20, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei números 129/76, 01, 08, 10/77.

SEGUNDA DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 153/75.

A Presidência deseja comunicar aos Srs. Deputados que

visitou às 16,00 horas de hoje, esta Casa. S. Exa. o Sr. General Milton Pedro de Carvalho, Comandante da Artilharia Divisória da 5a. Região Militar.

Na oportunidade, o Sr. General apresentou despedidas em razão de ingressar na Reserva e conseqüentemente deixar o Comando.

O Sr. General Milton Pedro de Carvalho, na oportunidade consignou aos Srs. Deputados, através da Presidência, as suas despedidas, agradecendo a lhanza e a amizade com que sempre foi distinguido pelos Senhores Deputados, integrantes desta Assembléia Legislativa.

A Presidência lembra aos Srs. Deputados que a Sessão Ordinária de amanhã terá o seu expediente todo dedicado às comemorações da data de 21 de abril, razão pela qual, encarece às Lideranças da ARENA e MDB, que identifique junto à Mesa, os Srs. Deputados que falarão em nome de ambos os Partidos.

Levanta-se a sessão.

REPUBLICADA: Incorreção

PORTARIA NÚMERO 201/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2383 de 31 de março de 1977, deste Poder.

RESOLVE:

designar, a funcionária GENI CARNEIRO, matrícula número 160, ocupante do cargo de nível PL "25", da Série de Classes de Técnico Administrativo, do Quadro Ocupacional de Técnica Administrativa, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviço junto ao Gabinete da 1a. Secretaria.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de abril de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA,  
FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR.  
DEPUTADO ROSÁRIO PITELLI,  
EM SESSÃO DO DIA 19 DE ABRIL DE 1977.—

"Ordem do Dia do Sr. Ministro do Exército"

Eis a íntegra da ordem do dia do ministro:

"As brumas de um passado de pouco mais de três décadas começam a esconder os angustiantes e tenebrosos dias da II Guerra Mundial quando os postulados básicos da civilização ocidental viram-se ameaçados de destruição pela insânia do nazi-fascismo. Passam-se os anos, na inexorável marcha do tempo, sendo, por isto, um dever cívico reavivar "as nações bem formadas os feitos notáveis de seus filhos. A nossa participação, no maior conflito que registra a História, está entre os acontecimentos dignos de serem rememorados.

Berço de um povo pacífico, porém viril, afastado do caldeirão efervescente da Europa, confiava o Brasil poder manter sua neutralidade diante de uma guerra indiscriminada, a despeito da simpatia de nossa gente pela causa dos aliados, inspirada na natural repulsa à doutrina expansionista e aos métodos desumanos das potências do Eixo.

O afundamento, injustificado e traiçoeiro, de navios mercantes nacionais, empenhados no legítimo exercício da navegação de cabotagem ou de comércio internacional, iria tirar do governo a esperança de afastar-se da luta, que se alastrava a todos os continentes. O estado de beligerância foi então, declarado, como a primeira medida para desagrar a nação, ferida em sua soberania e traumatizada com a perda de centenas de seus filhos, submergidos no oceano pela brutalidade de uma

agressão covarde.

Apesar das enormes dificuldades iniciais, organizou-se a Força Expedicionária Brasileira que, nos campos de batalha do ultramar, iria provar o denodo do nosso soldado.

Desembarcando em Nápoles, no momento em que a invasão da Normandia desfalcava os aliados, no teatro de operações do Mediterrâneo, de muitas grandes unidades, a Força Expedicionária viu-se empenhada, sem descanso, em missões diversas, desde ações de movimento até a fase da longa e enervante defensiva de Inverno. Nesta ocasião, pretendendo-se aliviar a pressão alemã sobre o setor de Bolonha, foram realizados, sob clima inclemente, sem apoio aéreo e em larga frente, quatro malogrados ataques a Castelo, bastião-chave do dispositivo inimigo. Tal propósito custou a vida de numerosos expedicionários, tombados nas escarpas geladas da sinistra-elevação.

Ao término do inverno, decidiu o comando aliado retomar a iniciativa, visando à conquista de posições favoráveis à grande ofensiva da primavera. Oferecia-se, assim, nova oportunidade para a cultura do baluarte — com fama de inexpugnável — que se transformara em servedouro de preciosas vidas.

Ao cair da tarde, de 21 de fevereiro de 1945, quando a penumbra crepuscular começava a envolver os Apeninos, os intrépidos homens do Regimento Sampaio, com o apoio dos fogos preciosos da artilharia divisionária e cobertos pelas esquadilhas brasileiras do 1.º Grupo de Caça, dominaram o cume da elevação. Era, finalmente, a vitória, ungindo de heroísmo, uma tropa que, na lama, na neve, nas vigílias, exaustivas, nas patrulhas arriscadas e, até mesmo, nos reveses — que a nenhum exército poupam — enrijecera sua ténpera, aumentara a agressividade e aprimorara a eficiência. Entretanto, não foi apenas Monte Castelo o único sucessor importante que colhemos, em solo Europeu.

Castelnuono — tipo de manobra tática bem planejada e magnificamente executada — foi ação militar da qual podemos, com justiça, nos orgulhar. O valoroso 60.º Regimento de Infantaria realizou, neste combate, audaciosa progressão, no flanco dos teutos, pelas cristas eriçadas de picos, com o objetivo de cortar-lhes a retirada.

Montese, a mais sangrenta epopéia das nossas armas na Itália, e outra página fulgurante, que dignifica nossas melhores tradições guerreiras. Na jornada memorável de 14 de abril de 1945, do poderoso dispositivo de ataque do IV Corpo de Exército, apenas os brasileiros cumpriram, integralmente, a missão, cabendo neste dia, aos bravos do 110.º Regimento de Infantaria a glória de conquistar, sob mágico bombardeio da

artilharia alemã, a localidade que abria nos aliados as portas do vale do rio Pó.

Meus comandados. . . Evocando, reverentemente, os êxitos da Força Expedicionária Brasileira, rendemos nossa como-vida homenagem aos que pagaram, com o sacrifício supremo de suas vidas, o preço da nossa liberdade e aos que, retornando à pátria com as cicatrizes honrosas de suas mutilações físicas, ou trazendo, no íntimo de suas almas, as marcas invisíveis, mas indeléveis, da terrível conflagração, contribuíram para reforçar, em nós, a convicção de que não se pode transigir com a prepotência.

Lembremo-nos, igualmente, dos nossos irmãos da Marinha e da Aeronáutica que, nas perigosas águas do Atlântico ou nos céus de aquém e além mar, bateram-se até a morte pela perpetuação da democracia, comungando conosco dos mesmos ideais e princípios.

Hoje, turvam-se novamente os horizontes com a ameaça do totalitarismo que, alimentado pela inépcia e tibieza de potências democráticas, ressurgiu da hecatombe, para angustiar a humanidade com o terrorismo, a infiltração corruptora da juventude, com as invasões de países soberanos para acorrentá-los à órbita comunista, e o aviltamento de nossos valores morais e espirituais. É preciso, por conseguinte, recordar, principalmente, às novas gerações, que foram as armas totalitárias do nazifascismo que fizeram o cemitério de Pistola. Qualquer condescendência ou concessão ao marxismo é portanto, uma traição à memória daqueles que repousaram no campo-santo, bem como uma afronta aos sentimentos patrióticos dos que voltaram.

Interpretando o pensamento de Thomas Cariyle de que o herói representa uma raça, uma época e uma fé, podemos dizer que os nossos heróis — na cruenta campanha do Velho Mundo — foram, também, símbolos representativos de um povo que, dos canaviais nordestinos da Insurreição Pernambucana às frígidas montanhas da península Itálica, defendeu, sempre, a condição de ser livre, de um período histórico, marcado pela violência ideológica, em que a força tenta esmagar o direito, e finalmente, de uma crença inabalável de que as virtudes cristãs são as únicas capazes de conduzir as nações pelo caminho de uma paz duradoura.

A todos — mortos e vivos — devemos este generoso exemplo de abnegação e de amor à pátria. Aos mortos tributamos nossa eterna veneração; aos vivos nossas inextinguíveis admiração e solidariedade”.